MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Secretaria Geral

Decreto n.º 9:173

Considerando que se torna necessário dar maior amplitude e eficácia aos serviços da Secretaria Geral do Ministério da Instrução Pública;

Considerando que nesse organismo estão concentrados todos os encargos não exclusivamente dependentes das Direcções Gerais e Repartições do mesmo Ministério, como preceitua a alínea d) do artigo 3.º do regulamento aprovado pelo decreto com força de lei n.º 5:617, de 17 de Maio de 1919; e

Atendendo a que é da máxima urgência organizar a estatística geral de todos os factos e circunstâncias de carácter pedagógico, que possa servir de base a um estudo completo das necessidades e deficiências da educação e instrução nacionais:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Instrução Pública, decretar o seguinte:

Artigo 1.º A estatística de todos os estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Instrução Pública, assim como dos estabelecimentos por ele subsidiados ou fiscalizados, será organizada na Secretaria Geral do Ministério.

Art. 2.º Para esse efeito destacar-se há de uma das repartições do Ministério, onde possa ser dispensado de exercer as suas funções, um funcionário que ficará encarregado de organizar esse serviço, podendo o mesmo funcionário fazer-se auxiliar por outro de categoria igual ou inferior nas mesmas condições do primeiro.

Art. 3.º O serviço de estatística terá a seu cargo colligir e coordenar todos os factos concernentes aos locais escolares, ao corpo docente e discente, à população escolar e às instituições ou serviços auxiliares do ensino.

Art. 4.º Os elementos indicados no artigo anterior, correspondentes a cada mês, deverão ser enviados pelos vários estabelecimentos de ensino, tanto oficiais como particulares, ao Ministério da Instrução Pública, até o dia 5 do mês seguinte.

§ único. A falta de cumprimento desta disposição será considerada como uma infracção disciplinar nos termos dos artigos 5.º e 6.º do regulamento disciplinar dos funcionários civis, aprovado por decreto de 22 de Fevereiro de 1913.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 16 de Outubro de 1923.— MANUEL TEIXEIRA GOMES —
João José da Conceição Camoesas.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Comissariado Geral dos Abastecimentos

Edital

Atendendo a que, após a publicação do edital deste Comissariado de 9 de Janeiro do corrente ano, novamente foram aumentadas as tarifas ferroviárias, fretes terrestres e de fragatas, salários e outras despesas que vieram onerar o custo do carvão vegetal agora fabricado;

Atendendo a que as existências de carvão vegetal velho são já deminutas, conforme informações recolhidas por este Comissariado;

Atendendo ainda a que, ouvidas as Juntas de Freguesia de Lisboa, estas foram de parecer que continue o tabelamento do carvão vegetal, embora seja aumentado o seu preço;

Em harmonia com as disposições do artigo 18.º e usando das atribuições que me são conferidas pelo n.º 5.º do artigo 1.º do decreto n.º 7:207, de 24 de Novembro de 1920, determino:

1.º Que a contar da data da publicação do presente edital os preços de venda de carvão vegetal novo sejam:

Preço do retalhista para o público, em Lisboa, cada quilograma até \$55.

Preço do retalhista para o público, nos concelhos limitrofes de Lisboa, cada quilograma até \$58.

Preço de aquisições de carvão vegetal novo, nos cais-mercados de Lisboa, sobre vagão ou fragata, cada quilograma até \$38.

2.º Que nas carvoarias de venda a retalho é obrigatória a afixação, em local bem visível ao público, da tabela com o preço exarado neste edital.

Os preços do carvão vegetal velho são os do edital deste Comissariado de 9 de Janeiro de 1923, sendo mantidas todas as disposições do referido edital não revogadas pelo presente.

Comissariado Geral dos Abastecimentos. 15 de Outubro de 1923.— O Comissário Geral, *José Augusto Sá da Costa.*